

BOMPORTO

Cooperativa de Solidariedade Social, Crl

Anexo às Demonstrações Financeiras
2016

Índice

1 Identificação da Entidade	1
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	1
3 Principais Políticas Contabilísticas	2
3.1 Bases de Apresentação	2
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	3
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	6
5 Ativos Fixos Tangíveis	7
6 Réido	8
7 Benefícios dos empregados.....	8
8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	9
9 Outras Informações	9
9.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9
9.2 Diferimentos	10
9.3 Caixa e Depósitos Bancários	10
9.4 Fundos Patrimoniais	11
9.5 Fornecedores	11
9.6 Estado e Outros Entes Públicos.....	11
9.7 Outras Contas a Pagar	12
9.8 Subsídios, doações e legados à exploração	12
9.9 Fornecimentos e serviços externos	13
9.10 Outros rendimentos e ganhos.....	13
9.11 Outros gastos e perdas.....	14
9.12 Resultados Financeiros.....	14
9.13 Acontecimentos após data do Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A BOMPORTO – Cooperativa de Solidariedade Social CRL, reconhecida como cooperativa de Solidariedade Social por despacho nº 13 799/99 (2ª série), de 23 de julho, do Ministério do Trabalho e Solidariedade, sendo equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social desde 23 de outubro de 2009, tem a sua sede na Alameda João de Deus, 33 r/c – Gemunde - Maia.

Para realização dos seus objetivos desenvolve as seguintes ações:

- * A defesa e promoção dos direitos e interesses dos seus beneficiários, portadores de perturbações de desenvolvimento com uma incapacidade superior ou igual a 50% devidamente comprovado pelas entidades competentes, em ordem à sua integração social e familiar, à respetiva valorização e realização pessoal, cívica e profissional.
- * A prossecução ou apoio de outras iniciativas de interesse para os seus beneficiários, nos domínios social, profissional, cultural, desportivo, material e de qualidade de vida.
- * Para a realização dos seus objetivos estatutários, a Bomporto centralizará e racionalizará a utilização dos seus recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis para cada projeto, nos termos da demais legislação aplicável.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- *Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- *Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 Março;
- * Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- * NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- * Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- * A natureza da reclassificação;
- * A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- * Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais .

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Custo	Vida útil estimada
Outros Ativos Tang. (Instalações N.e.)	10 anos
Outros Ativos Tang. (Eq.Ar Condicionado)	8 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

* Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

* Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Alterações no risco segurado;

- Alterações na taxa de câmbio

* Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

- Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes;

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são despreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

*fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

* fundos acumulados e outros excedentes;

* subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido. Reportam-se a empréstimos realizados pelos cooperadores. Não comportam custos pois não estão sujeitos a juros.

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC): as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Adições	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Ativo tangível Bruto						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	4.728,80	-	-	-	-	4.728,80
Total	4.728,80	-	-	-	-	4.728,80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	1.477,96	462,48	-	-	-	1.940,44
Total	1.477,96	462,48	-	-	-	1.940,44
Ativo tangível Líquido	3.250,84	462,48	-	-	-	2.788,36

6 Rérito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2016	2015
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	3.107,00	12.266,25
Quotas e Jóias	2.834,00	2.389,00
Outros Serviços	273,00	9.877,25
	-	-
Outros Rendimentos e ganhos	-	3.164,69
Juros, dividendos e ganhos	0,92	657,33
Juros	-	-
Total	3.107,92	16.088,27

7 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram de “6”
O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de “0” e em 2015 de “1”
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	-	13.834,44
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	840,00
Encargos sobre as Remunerações	-	2.184,34
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	-	235,44
Iefp -Cei	-	4.314,71
Total	-	21.408,93

8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Quotas- Cooperadores	3.160,19	6.196,08
	-	-
Total	3.160,19	6.196,08
Passivo		
Financiamentos obtidos – Cooperadores	10.544,11	-
	-	-
Total	10.544,11	-

9.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguro acidentes pessoais	-	127,11
	-	-
Total	-	127,11
Rendimentos a reconhecer		
Quotas ano seguinte	123,00	33,00
	-	-
Total	123,00	33,00

9.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	27,57	92,61
Depósitos à ordem	1.491,10	1.216,72
Depósitos a prazo	24.500,00	18.000,00
Outros	-	-
Total	26.018,67	19.309,33

9.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	1.800,00	-	-	1.800,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	5.890,84	-	-	5.890,84
Resultados transitados	(11.045,22)	-	(11.638,16)	(22.683,38)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	(3.354,38)	-	(11.638,16)	(14.992,54)

9.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	-	475,49
	-	-
Total	-	475,49

9.6 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
IRC – Juros	0,24	3,93
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	0,24	3,93
Passivo		
Retenção impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-

9.7 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	50,23	-	11,34
Outros credores	-	29.133,00	-	43.360,00
	-	-	-	-
Total	-	29.183,23	-	43.371,34

9.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios à exploração – IEFP	-	1.808,10
Doações e heranças – Donativos	2.909,50	4.252,44
Doações e heranças – Donativos em espécie	-	3.992,68
Consignação IRS	6.229,15	2.363,79
Total	9.138,65	12.417,01

9.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	-	120,52
Serviços especializados	2.614,74	5.551,96
Materiais	168,59	4.674,46
Energia e fluidos	411,27	3.570,58
Deslocações, estadas e transportes	252,00	110,27
Serviços diversos	765,58	2.339,55
Encargos com utentes	-	145,72
Total	4.212,18	16.513,06

9.10 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	2.635,42
Outros rendimentos e ganhos	-	529,27
Juros depósitos	0,92	15,76
Dividendos obtidos	-	476,11
Outros rendimentos similares	-	165,46
Total	0,92	3.822,02

9.11 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	34,00	-
Correções relativas a períodos anteriores	31,38	157,74
Donativos	-	80,00
Quotizações	60,00	60,00
Multas e penalidades	-	56,81
Outros	58,35	144,00
Total	183,73	498,55

9.12 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3,52	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	3,52	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,92	15,76
Dividendos obtidos	-	476,11
Outros rendimentos similares	-	165,46
Total	0,92	657,33
Resultados financeiros	(2,60)	657,33